(In)segurança do voto eletrônico no Brasil

Diego F. Aranha, Pedro Barbosa, Thiago Cardoso, Caio Lüders, Paulo Matias

Unicamp, UFCG, Hekima, UFPE, UFSCar

Propriedades de segurança

Não importando a tecnologia empregada, um sistema de votação precisa satisfazer algumas propriedades:

- 1. Autenticação dos eleitores: apenas eleitores autorizados podem votar
- 2. Sigilo do voto: voto deve ser secreto
- 3. Integridade dos resultados: resultado é justo
- 4. Possibilidade de auditoria: idealmente, sem especialização

Importante: em um sistema puramente eletrônico de votação, todas as propriedades são responsabilidade da tecnologia.

Cronologia

```
1996 : Urnas eletrônicas em 30% das seções eleitorais
```

2000 : Primeiras eleições inteiramente eletrônicas

2002 : Primeira experiência com voto impresso

2006 : TSE passa a ser responsável pelo software

2008 : Migração para GNU/Linux

2009 : I Testes Públicos de Segurança (quebra de sigilo do voto)

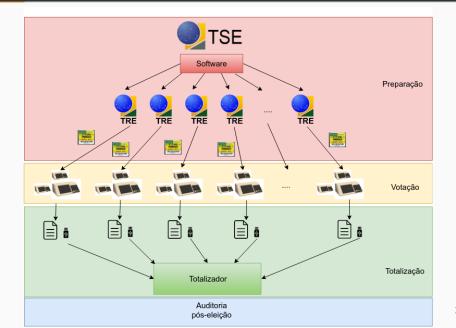
2012 : II TPS (quebra de sigilo do voto)

2016 : III TPS (quebra na integridade de resultados)

2017 : IV TPS (quebra na integridade de software)

Organização do sistema: preparação, votação, totalização

Visão Geral



Preparação

- 1. Confecção do software de votação no TSE
- 2. Transmissão do software de votação para TREs
- 3. Gravação do *software* de votação em cartões de memória *flash*
- 4. Distribuição dos cartões de memória
- 5. Instalação nas urnas eletrônicas (carga)



Transparência

- Exame por fiscais de partido, OAB, MPU, SBC
- Testes Públicos de Segurança

Votação

- 1. Impressão da zerésima
- Sessão de votação (identificação biométrica, interação com urna)
- 3. Impressão do Boletim de Urna (BU)
- 4. Gravação digital na Mídia de Resultados (MR) de BU eletrônico, Registro Digital do Voto (RDV), etc.

Transparência

- · Zerésima
- · Votação paralela
- · Registro Digital do Voto?

Totalização

- 1. Transmissão dos resultados parciais
- 2. Combinação dos resultados parciais
- 3. Divulgação do resultado final
- 4. Publicação dos BUs eletrônicos

Transparência

- · Conferência entre BUs físico e eletrônico
- · Totalização paralela

Limitações de transparência:

o que pode dar errado?

Limitações na preparação

Fiscalização

- · Complexidade do software de votação (> 10⁶ linhas)
- · Falta de treinamento formal dos fiscais
- · Filiação ou indicação partidária
- · Termo de Confidencialidade

Testes Públicos de Segurança

- · Formato burocrático (8 tipos de formulários)
- · Escopo e duração dos testes
- Condições de trabalho poucos realistas, não modelam atacante hábil
- · Conflito de interesse intrínseco
- · Termo de Confidencialidade (em 2016)

Limitações na votação

Zerésima e Votação paralela

- · Não previnem software desonesto
- · Simulação × Realidade (caso da Volkswagen)
- · Tamanho e qualidade da amostra

Limitações na votação

Zerésima e Votação paralela

- · Não previnem software desonesto
- · Simulação × Realidade (caso da Volkswagen)
- · Tamanho e qualidade da amostra

Exemplo de comportamento nunca detectado na votação paralela:

```
If (voto == 99999) {
    ativar_comportamento_malicioso();
}
```

Importante: Assumir versão ofuscada escondida na base de código!

Limitações na totalização

Conferência

- · Limitação na emissão de BUs impressos
- · Restrições logísticas (custo e cobertura)
- · Projeto Você Fiscal (2014 e 2016)
- · Tamanho e qualidade da amostra

Importante: É provavelmente a fase mais transparente do processo eleitoral eletrônico, especialmente após introdução do código QR.



E uma auditoria pós-eleição?

- Primeira realizada em 2014, relatório inconclusivo ("não permite a plena auditagem")
- · Meses para entrega de todos os arquivos e documentos
- · Conflito de interesse com o TSE e interesses partidiários
- · Influência da situação política

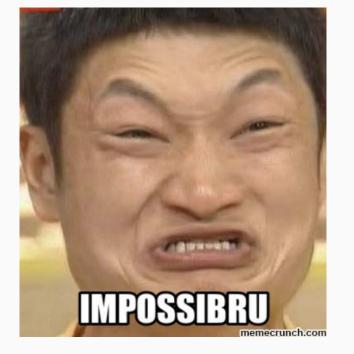
Imprensa e audiência do TSE

"Auditoria conclui que não houve fraude na eleição de 2014"

Conclusão: Sistema brasileiro eletrônico de votação não é auditável.

Somos líder em tecnologia eleitoral... certo?

Mas o software é 100% seguro!





TPS 2012 – Falhas descobertas

- · Vulnerabilidade trivial no sigilo do voto
- Compartilhamento e armazenamento inseguro de segredos criptográficos
- · Verificação insuficiente de integridade
- · Processo de desenvolvimento inseguro
- · Modelo adversarial inadequado
- · Cultura interna sem transparência

Conclusão: falhas graves tecnológicas e procedimentais!

TPS 2012 - Registro Digital do Voto

Governador	Senador	Presidente
71	31	37
	BRANCO	
13		
71	NULO	
		BRANCO
		37

TPS 2012 – Quebra do sigilo do voto

Semente **secreta e aleatória** para embaralhar RDV: **srand(time(NULL))**

Inst. Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Bento Gonçalves		
Zerésima		
Eleição do IFRS (28/06/2011) Município Bento Gonçalves	88888	
Zona Eleitoral Seção Eleitoral	0008 0021	
Eleitores aptos Código identificação UE Data Hora	0083 01105161 28/06/2011 08:32:08	
RESUMO DA CORRESPONDI 588.653	ENCIA	

TPS 2012 – Defesa em profundidade?

g Bytes jpeg 360

File 1/1: lew.jpg
File name: lew.jpg
File size: 47000 By

File size: 47009 Bytes MIME type: image/jpeg Image size: 276 x 360

Camera make: Canon

Camera model: Canon EOS-1Ds Mark III Image timestamp: 2010:10:03 11:20:37

TPS 2016 - Integridade do voto

Código de autenticação de BU para digitação manual:



TPS 2017 – Composição da equipe

Montada pelo time *ELT*, que participa de competições nacionais e internacionais de *Capture The Flag* (CTF). Muitas das habilidades são equivalentes (curiosidade, ferramental, raciocínio adversarial):

· Pedro: Assembly e criptografia

· Thiago: Web e exploração

· Caio: Tecnologias Web

· Paulo: Engenharia Reversa e exploração

· Diego: ecossistema da urna, formato dos testes, criptografia

Diversidade: Todos os membros contribuíram com uma idéia fundamental em certo ponto que permitiu o avanço da equipe.

TPS 2017 – Inspeção de código

Edital de abertura especificava que investigadores não teriam acesso a chaves criptográficas.

Interpretação do TSE

Apagar as chaves criptográficas do código, "para aumentar o desafio"!

TPS 2017 - Inspeção de código

Edital de abertura especificava que investigadores não teriam acesso a chaves criptográficas.

Interpretação do TSE

Apagar as chaves criptográficas do código, "para aumentar o desafio"!

Falha operacional: Felizmente, não apagaram todas. Encontramos chave em claro na versão 3.18 do *kernel*. :)

Equipe fez uma análise inicialmente superficial do sistema, depois aprofundada nos **mecanismos criptográficos**, que concentram **risco**.

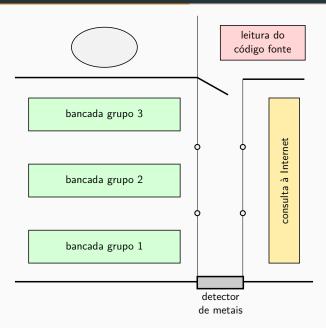
TPS 2017 - Superfície de ataque

Submetemos vários planos de teste, todos aprovados:

- · Captura de chaves criptográficas do flash de carga
- · Execução remota de código na plataforma web
- · Tentativa de violação do sigilo do voto
- Inserção de dispositivo USB malicioso

Pela restrição de tempo, nos concentramos no primeiro ataque e suas consequências.

TPS 2017 - Ambiente



Praticamente dedicado a **preencher formulários**, reconhecer o ambiente, solicitar computadores e começar a instalar Kali Linux nas máguinas.

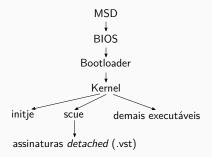
Os cartões de memória da urna eletrônica são cifrados com AES-256 em modo XTS, que exige duas chaves criptográficas, compartilhadas entre **todas as urnas**.

Progresso: Descobrimos durante a inspeção de código uma presente no código-fonte e a outra armazenada às claras no cartão de memória.

→ *Script* Python+OpenSSL em máquina de inspeção de código para decifrar um *stub* da partição cifrada que encontramos por lá.

→ Reimplementamos decifração de cartões de memória com **pycrypto** nas máquinas de teste, copiando a chave criptográfica **memorizada** alguns *bytes* por vez.

Após decifrar o cartão inteiro, estudamos a verificação de integridade:



Problema: Recebemos a visita de observadores internacionais, que atrapalharam bastante. :(

Progresso: Encontramos duas bibliotecas (libapilog.so e libhkdf.so) sem assinaturas digitais.

- → Injetamos trechos de código simples nessas bibliotecas para verificar se versões adulteradas eram devidamente instaladas na carga.
- → Alteramos todas as chamadas de uma das bibliotecas para imprimir FRAUDE! no terminal, o que aconteceu. :)

Exploramos ataques contra o sistema utilizando as funcionalidades fornecidas pelas bibliotecas:

- libapilog.so: conseguimos adulterar o registro de log substituindo INFO por XXXX.
- libhkdf.so: conseguimos adulterar a biblioteca para zerar chave criptográfica derivada para cifrar RDV.
- → Implementamos ainda um programa para receber e imprimir comandos de um teclado **acoplado à urna**. :)

Progresso: Cifrar o RDV com uma chave conhecida permite violar sigilo de um voto específico.

Após conseguir desempacotar o programa de votação **vota** com UPX, percebemos que estava ligado com as duas bibliotecas.

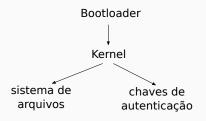
Progresso: Injetamos código para alterar a versão do software e o conteúdo da tela em tempo de execução:

→ Passamos as últimas horas trabalhando em interferir com a contagem de votos, e chegamos a produzir **erro de consistência por cédula vazia**.

Observação: Conseguimos controle sobre o software de votação para injeção de código arbitrário.

Problema: Tivemos que preparar uma demonstração dos resultados parciais, o que tomou mais tempo. :(

Progresso: Peritos da Polícia Federal recuperam a chave de cifração diretamente do *bootloader*, mostrando que acesso a código-fonte **não é obrigatório**.



Observação: acesso a uma única chave de encriptação fornece poder desproporcional a um atacante. Sempre questionar premissas!

TPS 2017 – Resultado principal



TPS 2017 – Resultado principal



Figura 1: Máquina de votar utilizada no México com trilha de auditoria em papel (VVPAT)



Figura 2: Máquina de votar utilizada na Índia com trilha de auditoria em papel (VVPAT)



Figura 3: Máquina de votar utilizada na Venezuela com trilha de auditoria em papel (VVPAT)

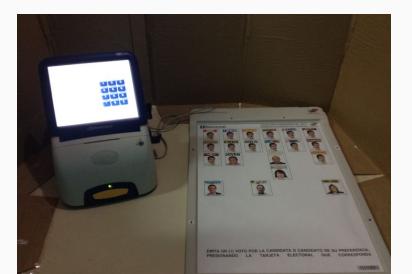


Figura 4: Sistema de votação utilizado na Argentina (E2E?).



Figura 5: Máquinas utilizadas nos Estados Unidos como scanners de votos.



Conclusões

Violadas ao menos duas barreiras de segurança:

- · Cifração das mídias (erro de projeto)
- Autenticação de bibliotecas compartilhadas (falha procedimental e erro de projeto)

Crítico: Projeto depende fundamentalmente da ofuscação do bootloader para impedir ataques.

Observações adicionais:

- · Tempo dos testes não é comparável a ataque real;
- Não é factível seguir estritamente o protocolo formal dos testes, usamos muitos atalhos.

Problemas...

... que persistem:

- 1. Software secreto por mais de 20 anos
- 2. Software demonstravelmente inseguro em múltiplas ocasiões
- 3. Ausência de recontagem
- 4. Ausência de auditoria efetiva
- 5. Conflitos de interesse em todo lugar
- 6. Ataques internos completamente ignorados

O que fazer?

1. Voto impresso

Implementar registro físico e anônimo do voto, conferível pelo eleitor, para auditoria/recontagem.

2. Código aberto

Publicar código-fonte do software é desejável para ampliar a capacidade de auditoria, mas insuficiente. Favor não esquecer de mover chaves criptográficas para lugar seguro. :)

3. Controle social

Ampliar mecanismos de transparência para que sociedade possa exercer maior controle social sobre o sistema, financiado por recursos públicos.

Perguntas?

D. F. Aranha

dfaranha@ic.unicamp.br

<u>**Od</u>faranha**</u>

Referências

- Diego F. Aranha, Marcelo M. Karam, André de Miranda, Felipe Scarel. Software vulnerabilities in the Brazilian voting machine.
 In: Design, Development, and Use of Secure Electronic Voting Systems, 149-175, IGI Global, 2014.
- Diego F. Aranha, Helder Ribeiro, André Luiz Ogando Paraense. Crowdsourced integrity verification of election results: an experience from Brazilian elections. Annals of Telecommunications, 71(7), 287-297, 2016.
- Diego F. Aranha, Pedro Y. S. Barbosa, Thiago N. C. Cardoso, Caio Lüders de Araújo, Paulo Matias. The Return of Software Vulnerabilities in the Brazilian Voting Machine, Relatório Técnico, 2018.